

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf ROGÉRIO LAVEDO DA SILVA JÚNIOR

**O EMPREGO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO NAS OPERAÇÕES DE
GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NAS OPERAÇÕES DO RIO DE
JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2014.**

Rio de Janeiro

2022

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Inf ROGÉRIO LAVEDO DA SILVA JÚNIOR

**Título: O EMPREGO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO NAS OPERAÇÕES DE
GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NAS OPERAÇÕES DO RIO DE
JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2014.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Aperfeiçoamento
de Oficiais como requisito parcial para a
obtenção do grau especialização em
Ciências Militares.

Orientador: Cap Inf ANDERSON CORTAT
ROCHA

Rio de Janeiro

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Francisco José de Paula Junior
CRB7/6686

S586

Silva Júnior, Rogério Lavedo da.

O emprego da polícia do exército em operações de garantia da lei e da ordem em operações no rio de janeiro entre os anos de 2009 a 2014 / Rogério Lavedo da Silva Júnior – 2022.

39 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2022.

Orientação: Cap. Anderson Cortat Rocha

1. Polícia Do Exército. 2. GLO. 3. Amplo espectro. I Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. II Título.

CDD: 355

Cap Inf ROGÉRIO LAVEDO DA SILVA JÚNIOR

**O EMPREGO DA POLÍCIA DO EXÉRCITO NAS OPERAÇÕES DE
GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NAS OPERAÇÕES DO RIO DE
JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2014.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Aperfeiçoamento
de Oficiais como requisito parcial para a
obtenção do grau de especialização em
Ciências Militares.

Aprovado em ____/____/____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

VINÍCIUS VALVERDE **ANDRIES** – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

IVSON BARBOSA **MARINHO** – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
1º Membro

ANDERSON **CORTAT ROCHA** – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
2º Membro

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, o criador do céu e da Terra, por poder me conceder a luz e a sabedoria para concluir mais este desafio.

Gostaria também de agradecer a minha digníssima esposa, Thairiny Diniz Lavedo e filho, Bernardo Diniz Lavedo, pela força e paciência em me ajudarem a trilhar esse caminho.

E por fim, agradecer aos conselhos e orientações do meu Orientador, Cap Inf Anderson Cortat Rocha, a quem tanto me direcionou na confecção desse trabalho.

RESUMO

A Polícia do Exército (PE) é uma tropa especializada da arma de Infantaria do Exército Brasileiro cujo emprego pode ser canalizado para ações em ambientes urbanos e convencionais. Especificamente, seu trabalho se distingue das demais tropas por atuar como polícia administrativa nas questões jurídicas dos conflitos. Dentro do contexto das operações urbanas (amplo espectro), novos agentes surgem nesse cenário, intensificando e transformando as doutrinas militares adaptando-lhes neste novo desafio. O conflito armado toma, assim, novas proporções, demandas e capacidades de emprego da tropa. As táticas e técnicas do combate convencional necessitam de novas doutrinas e readequação do modus operandi da tropa PE. Uma conduta ou ordem aversa àquilo que é politicamente correto pode tirar a credibilidade da tropa atuante. Nesse ensejo, tomamos como parâmetro as ações da tropa de Polícia do Exército inserida na Operação São Francisco, ocorrida no Complexo da Maré. A atuação das Forças Armadas em Garantia da Lei e da Ordem a fim de atingir êxito na missão institucional é preponderante para direcionar os trabalhos de planejamento dos Comandantes, do nível tático, do Exército Brasileiro. Assim, através da análise de dados do questionário confeccionado aos militares que atuaram naquelas operações, almejamos levantar ferramentas através de suas experiências que colaborem com os militares planejadores subsidiando-os em ações futuras de amplo espectro relativas à abordagem e revista de suspeitos e condução de presos.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Polícia do Exército. Operações urbanas. Amplo espectro. Garantia da Lei e da Ordem; Dimensões do Ambiente Operacional. Abordagem e revista de suspeitos, condução de presos.

ABSTRACT

The Army Police is a specialized troop of the Brazilian Army whose employment can be channeled to action in urban and conventional environments. Specifically, its role distinguishes itself from other troops by acting as administrative police in legal issues of conflicts. Within the context of urban operations (broad spectrum), new agents appear in this scenario, intensifying and transforming military doctrines to adapt them to this new challenge. The armed conflict thus takes on new proportions, demands, and the capacity to employ the troops. Conventional combat tactics and techniques require new doctrines and readjustment of the troop's modus operandi. A conduct or order contrary to what is politically correct can take away the credibility of the active troop. Conventional combat tactics and techniques require new doctrines and readjustment of the troop's modus operandi. A conduct or order contrary to what is politically correct can take away the credibility of the active troop. In this opportunity, we took as a parameter the actions of the Army Police troop inserted in Operation São Francisco, which took place in Complexo da Maré. The performance of the Armed Forces in Guarantee of Law and Order in order to achieve success in the institutional mission is preponderant to direct the commanders' planning work, from the tactical level, of the Brazilian Army. Thus, through the analysis of data from the questionnaire made to the military who acted in those operations, we aim to raise tools through their experiences that collaborate with the military planners subsidizing them in future actions of a wide spectrum related to the approach and search of suspects and the conduction of prisoners.

Keywords: Brazilian Army. Army Police. Urban operations. Broad spectrum. Guarantee of Law and Order; Dimensions of the Operating Environment. Approach and search of suspects, conduct of prisoners.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Comparativo de registro de ocorrência no município do Rio de Janeiro.....	16
Figura 2 - Mundo VUCA	19
Figura 3 – As dimensões do ambiente operacional terrestre.....	23
Figura 4 – As dimensões da Coordenação e Controle	24
Figura 5 – Princípios Básicos do DICA	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A Op	Área de Operações
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
Cmt Fr	Comandante de Fração
Cmt GC	Comandante de Grupo
Cmt Pel	Comandante de Pelotão
DIH	Direito Internacional Humanitário
EB	Exército Brasileiro
F Ter	Força Terrestre
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
ISP	Instituto de Segurança Pública
OBA	Operação de Busca e Apreensão
OCCA	Operações de cooperação e Coordenação com Agências
OCD	Operações de Controle de Distúrbio
ONG	Organização Não Governamental
PBCV	Posto de Bloqueio e Controle de Vias
PE	Polícia do Exército
PSE	Posto de Segurança Estático
Sd EV	Soldado do Efetivo Variável
Sgt	Sargento
TO	Teatro de Operações
TTP	Técnicas e Tática de Procedimentos
UPP	Unidade Pacificadora de Polícia
VUCA	Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	11
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	QUESTÕES DE ESTUDO.....	13
1.4	JUSTIFICATIVA.....	14
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	A Instabilidade da Segurança Pública do Rio de Janeiro.....	15
2.2	Legalidade das Operações das Forças Armadas.....	16
2.3	Um Novo Cenário se configura nos Conflitos Armados.....	17
2.4	Mundo VUCA.....	18
2.5	Áreas Funcionais de Polícia do Exército.....	19
2.6	O Modus Operandi da Polícia do Exército em Operações de GLO.....	21
2.7	As Complexidade das Operações no Ambiente de Amplo Espcetro..	23
3.	MEDOTOLOGIA	24
3.1	Objeto formal de estudo.....	24
3.2	Amostra.....	25
3.3	Delineamento da pesquisa.....	26
3.3.1	Procedimentos para revisão da literatura	26
3.3.2	Instrumentos	27
3.3.3	Análise de dados	28
4.	RESULTADOS	28
5.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33

6.	CONCLUSÃO	36
	REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

A tropa de Polícia do Exército tem sua origem em 6 de dezembro de 1943, compondo a 1ª Divisão de Infantaria para atuar na Europa durante a 2ª Guerra Mundial ao lado dos Aliados. A importância histórica da atuação dela num cenário internacional foi relevante para explorarmos suas capacidades ao longo dos anos em diversos momentos de emprego da Força Terrestre. Os desafios atuais, ainda, exigem a sua plenitude operacional, mas permeada por uma transformação cultural e um espírito crítico de pensamento moderno.

No início do século XXI, as tropas federais das Forças Armadas Brasileiras ganharam notório destaque devido às operações desencadeadas, amparadas pela Constituição Federal, nas comunidades do Rio de Janeiro, capital. A crise, no tocante à insegurança, que gerou tal atuação dessas tropas tornou-se insustentável a ponto de o então Governador do Estado solicitar ao Presidente da República, em exercício, a atuação das Forças Armadas naquele município.

A partir desse ensejo, observamos tropas de naturezas distintas atuarem em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para atingir o objetivo final em comum: mitigar os problemas sociais da cidade carioca. Contudo, o mundo contemporâneo apresenta-se sob a forma do acrônimo *VUCA* (Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity) que de certa forma imprime à doutrina militar uma evolução operativa. O escopo deste trabalho visa analisar, especificamente, a atuação das tropas de Polícia do Exército, num ambiente operacional urbano, desencadeando atividades de abordagem e revista de suspeitos e de condução de presos nas ações executadas na comunidade do complexo da Maré, através da Operação São Francisco sob os holofotes dos agentes externos que influenciam a maneira da condução das operações de GLO.

1.1 PROBLEMA

Os combates em áreas humanizadas ganharam vulto nas últimas décadas no Brasil devido, principalmente, ao emprego das tropas federais em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Surge, assim, um novo Teatro de Operações (TO),

que se configura em um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo (sigla em inglês: VUCA - *Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity*). A este cenário surgem novos atores, como: a presença da cobertura instantânea da mídia, combate em um ambiente confinado, civis figurando-se envolto às operações militares e interferindo nelas. Um exemplo claro e prático do mundo VUCA foi o emprego das Forças Armadas no Complexo da Maré, no qual os militares, imprensa, moradores locais ladeavam durante os conflitos naquela comunidade tornando aquele TO congestionado e complexo para o cumprimento das missões militares. Todavia, o característico congestionamento na área urbanizada trouxe à observação da Doutrina Militar Terrestre variáveis relacionadas às Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), que necessitavam ser estudadas e experimentadas para tornarem mais eficientes as ações da tropa. A cobertura da mídia, de forma instantânea, levava a informação aos cidadãos, que insuflados pelo sentimento de pertencimento àquela região ou obrigados a ceder à pressão dos criminosos, envolviam-se, principalmente, nas ações que acarretavam em revista e condução de presos. Assim, surge uma lacuna nas operações desencadeadas no Complexo da Maré pelas tropas de Polícia do Exército: qual foi o impacto dos aspectos da dimensão humana sobre a abordagem de suspeitos e condução de presos por frações, nível Subunidade, de Polícia do Exército na Operação São Francisco?

1.2 OBJETIVO

Esta pesquisa tem por escopo analisar o emprego da tropa de Polícia do Exército em operações de Garantia da Lei e da Ordem nas Operações Arcanjo e São Francisco com o viés nas questões de abordagem, revista e condução de presos.

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem por escopo auxiliar os Comandantes das frações de Polícia do Exército, do nível tático, no planejamento, coordenação e execução das operações de abordagem e revista de suspeitos e condução de presos em operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Subsidiar os Comandantes de tropas de Polícia do Exército, do nível tático, na condução dos trabalhos de planejamento e execução das ordens a fim de se evitar o acometimento de infrações penais e para otimizar as ações militares.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral foram levantados objetivos específicos que conduziram à consecução do objetivo deste estudo, os quais são transcritos abaixo:

- Analisar, dentro do Ambiente Operacional, os aspectos que podem prejudicar ações da tropa de PE durante uma abordagem e revista de suspeitos e condução de presos.

- Analisar, também, os aspectos que podem contribuir para salvaguardar juridicamente as condutas adotadas pelas tropas de Polícia do Exército.

- apresentar, sucintamente, o conceito do mundo VUCA;

- descrever como as considerações civis influenciam no combate;

- compreender o modus operandi de uma tropa de Polícia do Exército durante uma ação de abordagem, revista de suspeitos e condução de preso;

- compreender as Dimensões do Ambiente Operacional que influenciam os trabalhos realizados pela tropa de Polícia do Exército conforme supramencionado;

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

- a) Qual o impacto do fator de decisão considerações civis nas operações de abordagem e revista de suspeitos e condução de preso?
- b) Qual a relação das decisões e ações tomadas dos comandantes, do nível tático, com a opinião pública?
- c) Quais são os fatores determinantes da Dimensão Humana (aspectos socioculturais, relações interpessoais e etc) que influenciaram o modo de planejar e executar as operações de GLO?

1.4 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa foi elaborada a fim de contribuir com as operações de Garantia da Lei e da Ordem desencadeadas pelas tropas de Polícia do Exército, no nível tático, em situações de abordagem, revista de suspeitos e condução de presos. A Operação São Francisco, no Complexo da Maré, realizada no ano de 2014 bem como as ações desenvolvidas nesse ambiente serão objetos de estudo deste trabalho.

Segundo o Manual de Campanha Polícia do Exército: “A PE é uma especialidade da arma de Infantaria, vocacionada para a fiscalização e manutenção da ordem e disciplina. Nesse sentido, é apta a realizar ações policiais em todos os campos de atuação da Força Terrestre (F Ter).” Todavia, para que sejam empregadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem, as ações executadas pela tropa de Polícia do Exército exigem o amparo legal para que haja validade jurídica e para que não ocorra abuso de autoridade.

A operação realizada no Complexo da Maré em meados de 2014, embora tivesse respaldo jurídico, apresentou alguns entraves à tropa, principalmente, no tocante ao desencadeamento de abordagem e revista de suspeitos e a condução, quando houvesse fundada suspeita, de criminosos.

Os óbices deste ambiente operacional dizem respeito à dimensão humana, em que a presença da sociedade, suas atitudes e opiniões impactam diretamente nas operações militares. Num ambiente em que não se distingue o criminoso do cidadão inocente, a população em sua maioria apoia a facção criminosa. Os anseios dos criminosos vigoram num ambiente em que eles impõem suas próprias leis, desfavorecendo, assim, os trabalhos das tropas federais.

Assim, durante ações de abordagem e revista de suspeitos e a condução de presos num ambiente urbano, conforme foi a Operação São Francisco, alguns atores externos (população, presença da mídia, direitos humanos entre outros) influenciaram a condução das atividades desenvolvidas pela tropa de Polícia do Exército. Analisar os atores e fatores externos que são decisivos no ambiente operacional é o objeto de estudo desta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de atingir uma compreensão de forma ordenada e organizada pelo leitor, a presente pesquisa foi elaborada em tópicos que abordam o contexto situacional do emprego da tropa de Polícia do Exército nos conflitos armados de Garantia da Lei e da Ordem, realizada na Operação São Francisco, da seguinte forma:

2.1 A INSTABILIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Analisando o cenário territorial da capital do Rio de Janeiro a partir de 2009, podemos observar a instabilidade da segurança pública local. O crescimento de episódios de violência e seu desborde para áreas antes razoavelmente protegidas, que vêm se acumulando há décadas, transformou-o em um dos principais problemas da agenda pública, construído a partir da identificação de ameaças reiteradas à integridade pessoal e patrimonial que passou a dominar as preocupações de amplas camadas da população carioca (Machado da Silva, 2010).

A cidade maravilhosa sendo sede de grandes eventos, como Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, não poderia apresentar ao mundo a situação alarmante em relação à segurança que enfrentava. Assim, foram implantadas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), com a finalidade de aumentar a segurança nos principais pontos de acometimento de criminalidades. O Instituto de Segurança Pública (ISP), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, afirma que os critérios utilizados se basearam principalmente nos índices de criminalidade.

Através do ISP, podemos analisar e comparar os registros de ocorrência do município do Rio de Janeiro dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 (que precederam os Grandes Eventos Mundiais), conforme o gráfico a seguir. Inferimos que entre os anos de 2006 a 2009 houve um aumento do registro de ocorrências no município do Rio de Janeiro. Após a implantação das UPP's e da atuação das Forças Armadas, o índice de boletins de ocorrência reduziram sensivelmente.

Comparativo entre anos - Registros de ocorrências

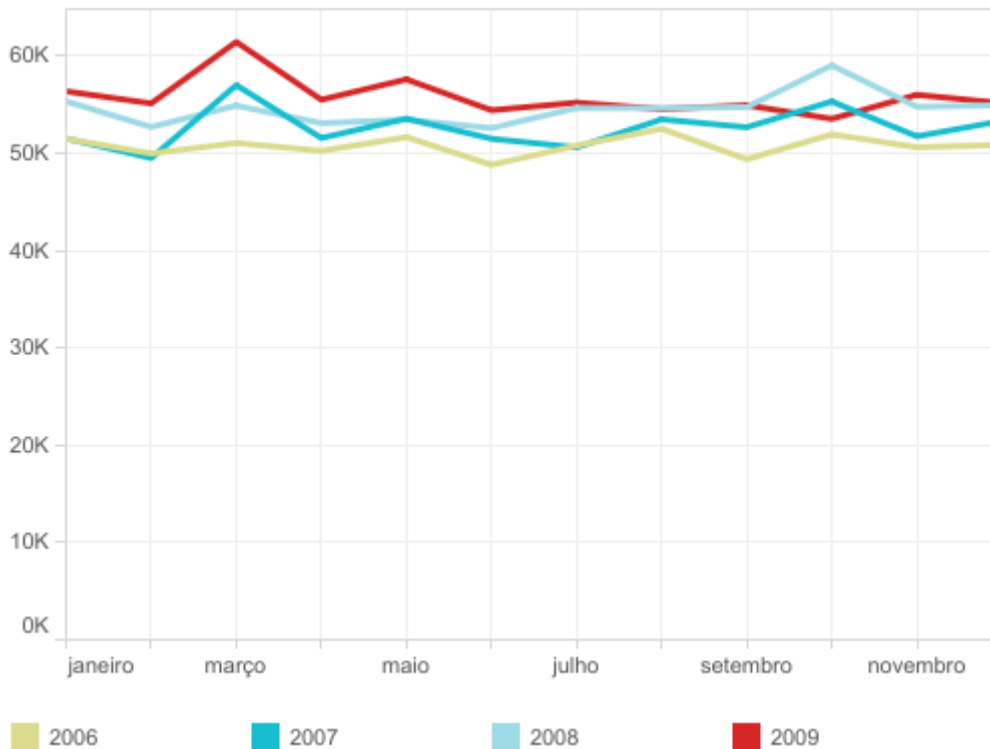


Figura 1 – Comparativo de registro de ocorrência no município do Rio de Janeiro. Pesquisa feita pelo Instituto de Segurança Pública-RJ

2.2 A LEGALIDADE DAS OPERAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

Num primeiro momento, é fundamental esclarecer o papel das FFAA de acordo com o Decreto-Lei Nº 3.864, de 24 de Novembro de 1941. A compreensão da finalidade das Forças Armadas serve como parâmetro para ratificar o emprego das Forças Armadas na defesa e garantia da ordem e segurança internas. Assim, o parágrafo único do artigo 2º do Cap I do Estatuto dos Militares, mediante o Decreto-Lei nº 3.864, prescreve:

As Forças Armadas constituem, em tempore prazos fundamentais da organização nacional de guerra. Cabe-lhes defender a honra, a integridade, e a soberania da Pátria contra agressões externas e garantir a ordem e a segurança

interna, as leis e o exercício dos poderes constitucionais.
(ESTATUTO DOS MILITARES, 1941, Art 2º)

Conforme apresentado no item 2.1, a criminalidade do Rio de Janeiro atingia índices elevados, como por exemplo, de homicídio doloso, latrocínio, assaltos entre outros. Para que as Forças Armadas atuem em uma GLO é necessário recorrer a dispositivos legais. O emprego legal das Forças Armadas está previsto no § 2º, do Art 15º, do capítulo V, da Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que diz: A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República em que concerne: “após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, relacionados no art. 144 da Constituição Federal:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 144)

Entretanto, a atuação das FFAA não ocorreu de forma isolada, e sim, de forma conjunta (denominada operações interagências) com outras instituições governamentais e não governamentais (ONG). Segundo o item 1.3.3.2, do capítulo I, do MD33-M-12, Operações interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

2.3 UM NOVO CENÁRIO SE CONFIGURA NOS CONFLITOS ARMADOS

A instabilidade da segurança pública do Rio de Janeiro (capital) trouxe à tona uma

questão: um novo cenário se configura no Teatro de Operações (TO) das tropas federais. Novos integrantes surgem e transformam o ambiente ao seu redor. O General de Divisão Araújo foi enfático em suas palavras ao se referir ao combate moderno:

Apesar dos novos ingredientes, esses conflitos permanecem marcados pelo emprego da violência. Por outro lado, a participação do vetor militar ficou mais complexa, por ocorrer em ambientes com a presença da população civil, concentrada em núcleos urbanos, o que reduz a possibilidade de identificar o oponente, demandando novas capacidades de combate para evitar que a ocorrência de efeito colateral seja explorada pelo oponente contra nós. (ARAÚJO, 2013, p.17)

Diante desse ambiente, as táticas de guerra precisam estar alinhadas com as questões humanitárias com a finalidade de mitigar os efeitos colaterais provenientes do combate urbano. Um ambiente de incertezas com um caráter difuso das ameaças à sombra das Constituição Federal, preceitos dos Direitos Humanos, opinião pública e acompanhamento instantâneo da mídia, alertou os comandantes sobre as outras ameaças além dos adversários dominantes. Já analisando esta realidade dos conflitos, o Manual de Doutrina Militar Terrestre aborda sobre o planejamento do emprego das forças militares em conjunto com novos atores no espaço de batalha, denominado operações interagências.

2.4 MUNDO VUCA

O polonês Zygmunt Bauman foi um dos pioneiros ao abordar sobre o conceito de Mundo VUCA em que dizia: “Escolhi chamar de modernidade líquida a crescente convicção de que a mudança é a única coisa permanente e a incerteza, a única certeza.” O termo VUCA, acrônimo que significa *Volatility*, *Uncertainty*, *Complexity* e *Ambiguity* (volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo), surgiu no em operações militares a fim de definir uma nova percepção do ambiente operacional enquadrado.

A mudança é uma constância no mundo e na sociedade que sempre liderou com desafios e oportunidades, mas hoje com a interconectividade, o ritmo da mudança é

cada vez maior, dificultando acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico, econômico e social. A estratégia ainda tem um propósito, mas requer um pensamento mais abrangente, devendo analisar os termos juntos, para unificar a volatilidade, a incerteza, a complexidade e a ambiguidade formando o acrônimo VUCA (RODERICK, 1998; YARGER, 2008).



Figura 2 – Mundo VUCA

O mundo *VUCA* traz em seu conceito a rapidez e a imprevisibilidade com que as mudanças ocorrem, também, no TO. As Técnicas, Tática e Procedimentos (TTP) militares devem evoluir para se evitar os excessos cometidos por militares durante as operações.

2.5 ÁREAS FUNCIONAIS DE POLÍCIA DO EXÉRCITO

Conforme o Manual de Campanha de Polícia do Exército, EB70-MC-10.239 (2018): A PE, para fornecer o suporte policial ao EB, pode ser organizada em cinco áreas funcionais - Policiamento e Investigação; Apoio à Mobilidade; Custódia; Segurança; e Assessoramento, Treinamento e Estabilização.

No tocante ao Policiamento e Investigação:

A PE pode exercer a função de policiamento e investigação em todos os locais onde o pessoal do Exército estiver sediado ou desdobrado em operações, realizando atuação preventiva e, quando necessário, repressiva. Nesse sentido, podem ser realizadas determinadas atividades e tarefas, tais como: manter a disciplina e o cumprimento das leis, ordens e regulamentos; realizar patrulhamento ostensivo; atuar como polícia judiciária militar; realizar perícia criminal e de trânsito; realizar investigação criminal; prevenir o crime; realizar busca e apreensão; realizar o controle de distúrbios; e empregar o cão de trabalho policial. Devem ser observadas as condutas e os delitos previstos nos regulamentos internos do Exército, nas leis, decretos, assim como na legislação internacional, da qual o Brasil é signatário, que dispõe e limita a atuação das forças beligerantes durante os conflitos armados. Além disso, deve exercer sua autoridade sob orientação da Justiça Militar, a fim de conduzir ou prestar o auxílio necessário à solução dos crimes militares, na situação de paz estável, nas crises ou em guerra. (EB70-MC-10.239, pág 3-4)

Em relação ao Apoio à Mobilidade:

Quanto ao apoio ao movimento e à manobra das tropas em situação de guerra e situação de não guerra, a PE executa os planos e ordens que regulam e orientam a circulação dos meios em operações. Para tanto, é necessário o conhecimento pormenorizado da porção terrestre do campo de batalha, obtido por meio de reconhecimentos das estradas e demais vias de circulação. Pode, também, orientar, controlar e apoiar a circulação e a coordenação de civis deslocados e refugiados, visando, dentre outros aspectos, garantir a livre movimentação do tráfego. A PE pode realizar o controle do trânsito e da circulação de pessoas, assim como estabelecer e coordenar uma Central de Batedores e realizar a escolta de autoridades. (EB70-MC-10.239, pág 3-4 e pág 3-5)

Quanto à Custódia:

Durante o transcorrer das operações militares, os integrantes da PE devem estar preparados para realizar determinadas ações, tais como a coleta, prisão, processamento e evacuação de pessoas; cumprir ordens judiciais diversas; escoltar e guardar/custodiar presos; e administrar postos de coleta, prisões e presídios militares. O tratamento dessas pessoas é de grande relevância para as

operações. A administração das prisões e presídios militares deve ser realizada no sentido de atender às normas emanadas pela Justiça Militar, de forma que as instalações e os procedimentos devem estar em conformidade com a legislação vigente. (EB70-MC-10.239, pág 3-5)

Em relação à Segurança:

O emprego de ativos de segurança apropriados permite aos comandantes a proteção da força, por meio do estabelecimento e da manutenção de um ambiente seguro para operar. Nessa área funcional a PE pode realizar a segurança de pontos sensíveis; participar da coordenação de segurança de área; realizar a segurança e a proteção de autoridades; realizar a escolta de comboios; e participar das medidas de segurança da área de retaguarda. Destaca-se que, no campo da segurança física e de pessoal, a PE deve ser capaz de neutralizar ameaças hostis. A PE também deve estar em condições de realizar segurança de não combatentes, inteligência policial e participar do Sistema de Segurança Presidencial. (EB70-MC-10.239, pág 3-6)

Por fim, Assessoramento, treinamento e estabilização:

Devido ao seu emprego em operações, a PE também pode ser requisitada para contribuir com outras Forças, nacionais e estrangeiras, seja na aquisição de capacidades requeridas ao desenvolvimento da ação policial, seja na forma de assessoramento, treinamento e/ou estabilização. (EB70-MC-10.239, pág 3-7)

2.6 O MODUS OPERANDI DA POLÍCIA DO EXÉRCITO EM OPERAÇÕES DE GLO

O Manual de Campanha de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (EB70-MC-10.242) prescreve as ações a serem desencadeadas pelas tropas federais em operações deste tipo. São elas: a Negociação, o Vasculhamento, mobilizar o Posto de Segurança Estático (PSE) e o Posto de Bloqueio e Controle de Vias (PBCV), realizar Patrulhamento Ostensivo, ocupação de Pontos Fortes, Operação de Busca e Apreensão (OBA), operações de Controle de Distúrbio (OCD), ação de Demonstração de Força,

Desobstrução de Vias, Interdição e Evacuação de Área, Segurança de Autoridades e Tarefas de Escolta. Sendo que todas essas ações podem ser realizadas pelas tropas de Polícia do Exército.

Corroborando com o Manual de Campanha de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (EB70-MC-10.242), o Manual de Campanha Polícia do Exército (EB70-MC10.239) estabelece as ações realizadas pelas tropas de PE.

A atuação da PE em operações ocorre no sentido de assegurar, dentre outros aspectos, a manutenção da disciplina e o cumprimento das leis, ordens e regulamentos; controle do trânsito de veículos e de pessoas; e escolta e guarda de prisioneiros de guerra, internados civis e presos militares. Assim, pode proporcionar segurança física às autoridades, instalações e propriedades, prevenindo e investigando crimes e participando de medidas de proteção da área de retaguarda das tropas da F Ter, presentes no Teatro de Operações/Área de Operações (TO/A Op). (EB70-MC-10.242, 2018, p. 5-1)

O EB70-MC-10.242 cita, ainda, a capacidade da Polícia do Exército em operações básicas: ofensiva, defensiva e operações de cooperação e coordenação com agências (OCCA). E nem contexto de Operações de Garantia da Lei e da Ordem pode atingir objetivos específicos dessa tropa.

A fim de atingir os objetivos estabelecidos nos planos e ordens, a F Ter pode atuar por meio de ações preventivas e repressivas, denominadas operações tipo polícia. Embora o conhecimento a respeito dessas operações esteja reunido no manual de campanha Operações de Garantia da Lei e da Ordem, as ações das operações tipo polícia podem ser executadas em contextos distintos das Op GLO, tais como nas ações realizadas na faixa de fronteira terrestre; em cumprimento a determinações judiciais; na segurança do Presidente da República e de outros chefes de Estado estrangeiros; e em outras atribuições subsidiárias.

2.7 AS COMPLEXIDADE DAS OPERAÇÕES NO AMBIENTE DE AMPLO ESPECTRO

Dentre os aspectos a serem analisados no combate existem as suas dimensões, são elas: Humana, Física e Informacional. A dimensão humana é aquela que se destaca dentre as demais em se tratando de operações amplo espectro. Deste ponto, surgem as características de uma operação interagência, de acordo com o Manual de Operações Interagências MD33-M-12: relevância do fator opinião pública; dependência da socialização das informações; participação de atores não oficiais e de indivíduos nas operações; possibilidade do emprego das Forças Armadas em conjunto com órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal; entre outras características.



Figura 3 – As dimensões do ambiente operacional terrestre.
Extraída do Manual de Campanha Operações, pág. 2-2

Assim, podemos observar que o fator opinião pública deve ser tratado com cautela por parte dos responsáveis pelo planejamento e pela execução das ações. As considerações civis, direitos humanos e a exposição à mídia caminham paralelamente às condutas adotadas pelas tropas. O desrespeito às Regras de Engajamento pode resultar num desastre e comprometer a operação. Equipamentos e armamentos utilizados de forma desproporcionais impactarão negativamente na imagem daquela tropa atuante. O quadro a seguir, extraído do manual supramencionado no parágrafo anterior, demonstra o efetivo exercício de Coordenação e Controle entre as três dimensões.

COORDENAÇÃO E CONTROLE		
DIMENSÕES		
HUMANA	ORGANIZACIONAL	TÉCNICA
<p>Aspectos socioculturais que moldam a interpretação do ambiente e a forma de pensar, decidir e agir.</p> <p>Valores éticos e morais.</p> <p>Atributos individuais que caracterizam a liderança dos comandantes militares e dirigentes civis em todos os níveis.</p> <p>Estilos de liderança.</p> <p>Capacidades técnico-profissionais.</p> <p>Nível de treinamento e capacidades individuais para lidar com a fadiga extrema, as incertezas das ações e o excessivo acúmulo de responsabilidades.</p> <p>Relações interpessoais.</p>	<p>Doutrina vigente.</p> <p>Metodologia de planejamento.</p> <p>Culturas organizacionais e colaboração interorganizacional.</p> <p>Estrutura hierárquica e relações de comando militares.</p> <p>Espírito de cooperação.</p> <p>Rotinas e processos internos das organizações.</p> <p>Coesão do grupo e unidade de esforços.</p>	<p>Equipamentos e capacitação técnica para operar e dar suporte ao sistema (pessoal e material) – inclui equipamentos de comunicações e sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC).</p>

Figura 4 – As dimensões da Coordenação e Controle. Extraída do Manual de Operações em Ambiente Interagência, pág. 6-4.

3 METODOLOGIA

O escopo desse trabalho é, através da pesquisa descritiva, relacionar as variáveis que influenciam o tema em questão. A abordagem será mediante um questionário que, quantitativamente, subsidiará na conclusão deste projeto.

3.1 Objeto formal de estudo

Esta pesquisa tem por finalidade levantar os fatores interventores do ambiente urbano a serem analisados na execução de uma atividade de abordagem e revista de suspeitos e durante uma condução de presos na Operação São Francisco pela tropa de Polícia do Exército. Os fatores Humanos, Físico e Informacional impactando nas ações das tropas de Polícia do Exército foram objetos de estudo desse trabalho de forma que

servam como base para operações futuras dessas tropas.

Assim, foi realizado uma pesquisa em forma de questionário através da plataforma *Google.forms* contendo questões sobre os efeitos daquelas dimensões na operação São Francisco que ocorrida em 2014. Para isso, tivemos como variável independente as três dimensões do ambiente operacional (Humana, Física e Informacional), sendo a variável dependente o impacto no planejamento, coordenação, cooperação e execução das operações militares.

Por fim, atingimos as respostas aos questionamentos, as quais nortearam a monografia com seus dados. Cabe ressaltar que as operações de amplo espectro são bastante complexas, principalmente quando são desencadeadas em ambientes urbanos. Através destes ambientes, as ameaças podem advir de qualquer lugar e/ou se infiltrarem na massa populacional, enquanto que os civis aparecem no Teatro Operacional em meio à “guerra civil”, um ambiente operacional restrito e confinado em que os meios não podem ser empregados em sua totalidade por diversos fatores. O Direito Internacional Humano (DIH) e as Regras de Engajamento alinhadas com o apelo humanitário limitam o emprego da tropa. A mídia, por sua vez, pressiona e monitora, em tempo real, as ações da tropa. Esses são os entraves que impactam sobremaneira na execução das atividades das tropas, principalmente, às de Polícia do Exército. Com isso, buscamos esclarecer aos Comandantes das frações de PE a fim de subsidiá-los no planejamento de operações futuras de amplo espectro no assunto abordagem e revista de suspeito e condução de presos.

3.2 Amostra

O público alvo desse questionário foram os militares das Forças Armadas que participaram das operações Arcanjo e São Francisco durante a Pacificação das Comunidades do Alemão e Complexo da Maré. O escopo se dará aos militares provenientes das tropas de Polícia do Exército, porém aqueles militares que não atuaram em tropa de natureza PE, poderão contribuir com as questões que abordam os impactos dos efeitos das três Dimensões do Ambiente Operacional: Humana Física e Informacional.

A Operação São Francisco empregou aproximadamente 23,5 mil militares do Exército Brasileiro. Com isso, estipulamos o universo em que basearemos essa pesquisa. Os entrevistados abrangem os postos de oficiais das Forças Armadas e as praças, até a graduação de 3º Sargento, pois esses compõem o grupo daqueles que participam do processo de decisão.

3.3 Delineamento da pesquisa

Adotou-se o método de pesquisa quantitativa através da aplicação de um questionário com a finalidade de, através de estatísticas, angariarmos dados suficientes que comprovem os fatores mais relevantes que impactam diretamente nas operações de Garantia da Lei e da Ordem conforme os ambientes operacionais supramencionados anteriormente.

As perguntas do questionário foram objetivas, sendo em grande parte constituída por questões de múltipla escolha de itens sugeridos por este autor, porém haverá um campo para que o entrevistado expresse sua opinião para caso queira contribuir com outra resposta.

Caso surgisse alguma resposta que não estava de acordo ou não influenciasse diretamente este trabalho, seria desconsiderada somente aquela resposta. Todavia, as demais respostas, de acordo com o que está sendo proposto por este tema, foram consideradas para fins de análise, apreciação e dados estatísticos.

3.3.1 Procedimentos para revisão da literatura

Ao se analisar o emprego, mais especificamente das tropas de Polícia do Exército Brasileiro, podemos observar, ao longo das pesquisas (em jornais, internet e observando a opinião de especialistas), críticas acerca das atitudes dos militares diante do enfrentamento das causas impostas pelo combate.

Nesse ensejo, as bases doutrinárias do Exército Brasileiro foram utilizadas como fontes de consultas para este projeto a fim de que fossem exploradas e difundidas

superficialmente o modus operandi numa ação de abordagem e revista de suspeitos e condução de presos por parte da Polícia do Exército. Agregaram, ainda, a este trabalho: Banco de teses da Capes (<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>), Portal Periódicos da Capes(<http://novo.periodicos.capes.gov.br/>), SCOPUS (<http://www.scopus.com/home.url>).

Primeiramente, após identificar o problema do tema, foi observada a necessidade de aprofundar às questões de emprego da tropa de PE em ambientes de amplo espectro em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Na sequência, a reunião de um compilado de artigos científicos bem como suas leituras foi fundamental para levantar as causas e os óbices do problema do tema em questão. Tais documentos de análise foram baseados em trabalhos que abordassem as questões de segurança pública na capital do Rio de Janeiro e assuntos atinentes à sociologia (ou sociedade) das massas. Manuais militares de emprego, do Ministério da Defesa, a Leis que regem o Brasil foram, também, objetos de estudo para fazermos uma análise, comparação e conclusão a acerca do tema.

Assim, foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos. Sendo os primeiros: periódicos publicados entre os anos de 2009 a 2021; apenas trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicos ou em versões impressas; e dados e estatísticos retirados de fontes de pesquisa confiáveis (eletrônicas ou não). Enquanto os critérios de exclusão são: artigos ou trabalhos que se baseiam em conhecimentos empíricos sem apresentar algum método de pesquisa; trabalhos tendenciosos que procurem explorar o viés político; e trabalhos que contenham classificação maior ou igual a B3 no Qualis Periódico.

3.3.2 Instrumentos

O instrumento de trabalho dessa pesquisa será um questionário realizado através da internet contendo perguntas mistas, ou seja, com questões fechadas e abertas. A plataforma a ser utilizada será o Google Forms, um aplicativo de gerenciamento de pesquisas, coleta de informações e questionários e formulários de registros.

A seleção do instrumento de coleta de dados acima mencionado é relativamente expressa pela busca de respostas diretas sobre o tema. A intenção das perguntas é conter alternativas para nortear o entrevistado a fim de que ele possa responder as

questões com alternativas diferentes daquelas escolhidas pelo pesquisador.

Outro fator relevante é o fato de que a amostra é uma população heterogênea em relação a diferentes percepções do ambiente operacional. Com isso, ideias divergentes poderiam ter surgido ao longo do questionário.

O canal de transmissão do questionário escolhido foi a internet tendo em vista o maior alcance, acessibilidade, e a facilidade de resposta coletadas. A amostra abrange todo o território nacional e, até mesmo, militares que estejam adidos em outros países.

3.3.3 Análise dos Dados

O método da codificação dos dados foi o dedutivo de forma a analisar os aspectos gerais para chegar a uma conclusão de um caso específico. No caso deste tema, a conclusão está baseada nos fatores relevantes das operações influenciando nos trabalhos interagência. Ou seja, os aspectos do ambiente operacional podem modificar os rumos do planejamento das atividades. Após a codificação, passaremos a tabulação dos dados.

Em relação à tabulação dos dados utilizamos o método cruzado o qual foi feito a contagem de frequência analisando mais de um conjunto. A intenção foi de compilar as informações e traçar um perfil comum que sintetize os dados coletados. Por exemplo, relacionar os dados gerais (idade, função e etc) dos militares participantes da missão com os aspectos (psicossociais, considerações civis e etc) relevantes para as operações interagências.

Por fim, a apresentação de dados deu se após a tabulação de dados. A apresentação dos dados foi fundamental para ratificar os problemas deste trabalho conforme apresentado no item 1.1 PROBLEMA deste projeto pesquisa. As variáveis apresentadas foram fundamentais para chegarmos à conclusão deste tema.

4. RESULTADOS

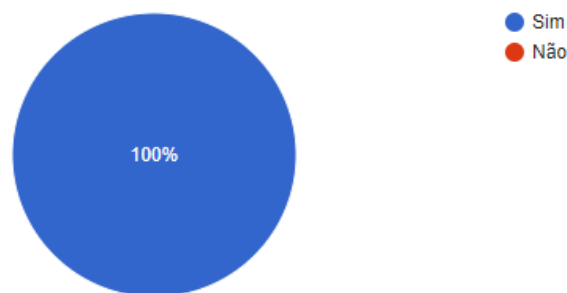
A fim de reunirmos respostas ao nosso objeto de estudo, foi realizado um formulário

composto por oito perguntas destinadas aos militares que participaram da Operação São Francisco – Complexo da Maré. As respostas apresentadas no formulário foram substanciais para concluirmos acerca dos fatores externos que intervêm nas ações militares podendo causar o sucesso ou fracasso das operações militares.

Em nosso formulário, podemos contar a com a participação de 19 militares dentre os quais todos, durante a operação São Francisco, estavam no posto de Oficiais. Para responder a pesquisa, todos os militares deveriam ter participado da Operação em referência. O formulário foi destinado aos Oficiais, Subtenentes e Sargentos que compunham as frações que foram empregadas naquela distinta comunidade do Rio de Janeiro, por se tratarem daqueles que participam do processo de planejamento e decisão das operações militares. Assim foram os resultados do formulário para as duas primeiras respostas:

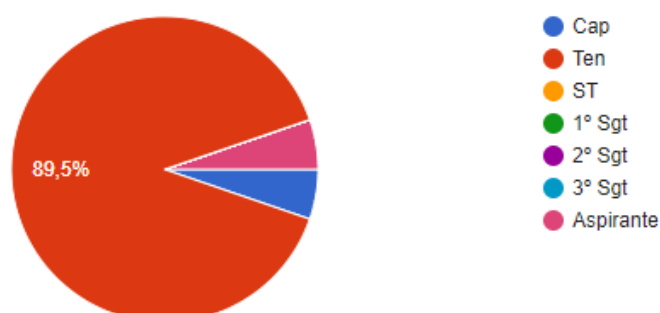
O Sr participou da Operação São Francisco - Complexo da Maré em 2014?

19 respostas



Qual era o P/Grad do Sr durante a Operação São Francisco?

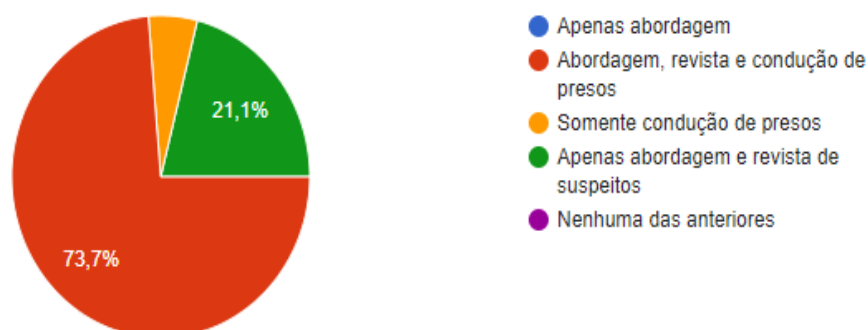
19 respostas



A pergunta seguinte do formulário tinha a intenção de levantar as experiências em ações de revista, abordagem e/ou condução de presos que os entrevistados tinham participado no Complexo da Maré. A formulação desta questão cabia justamente para subsidiar as próximas questões chave desse trabalho. Como resultados, podemos atingir satisfatoriamente o objetivo esperado: todos puderam ter experiência de realizar uma abordagem, revista e/ou condução de preso.

O Sr e sua fração realizaram abordagem/ revista e e/ou condução de presos durante a Operação na Maré?

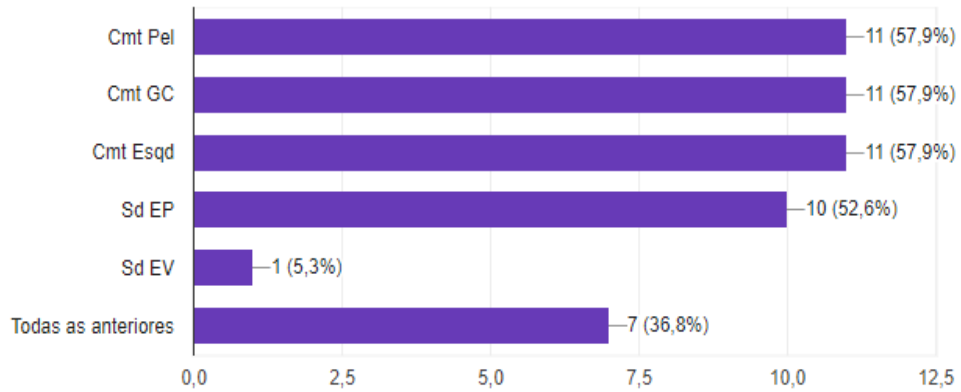
19 respostas



A quarta questão trazia como questionamento se todos os membros da fração do entrevistado possuíam instrução prévia sobre o assunto de abordagem, revista e condução de presos. Levando em consideração que nem todas as frações possuíam em sua composição Soldados do Efetivo Variável (Sd EV), podemos perceber que todos os componentes das frações detinham conhecimento dos procedimentos e condutas adequadas durante as ações em questão. Isso é preponderante para que os Cmt Fr, do nível tático, procurem ater-se aos outros fatores externos intervinentes e não aos procedimentos básicos de sua tropa.

Em relação ao adestramento no assunto: abordagem, revista e condução de presos.
Quais militares obtiveram instrução sobre tal assunto?

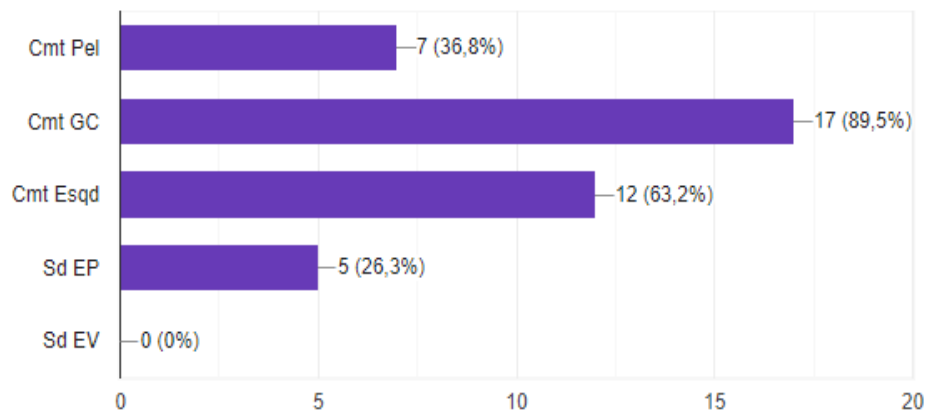
19 respostas



Vejamos no próximo gráfico a ser apresentado que apesar de todos os integrantes terem instrução conforme nos é mostrado no gráfico anterior, em 89,5% dos casos pelo menos o Cmt GC (3º Sgt) era o responsável pela condução das atividades de abordagem, revista e/ou condução de preso.

No tocante a ação de abordagem, revista e condução de presos, qual(is) militar(es) de sua fração conduziam tais ações?

19 respostas

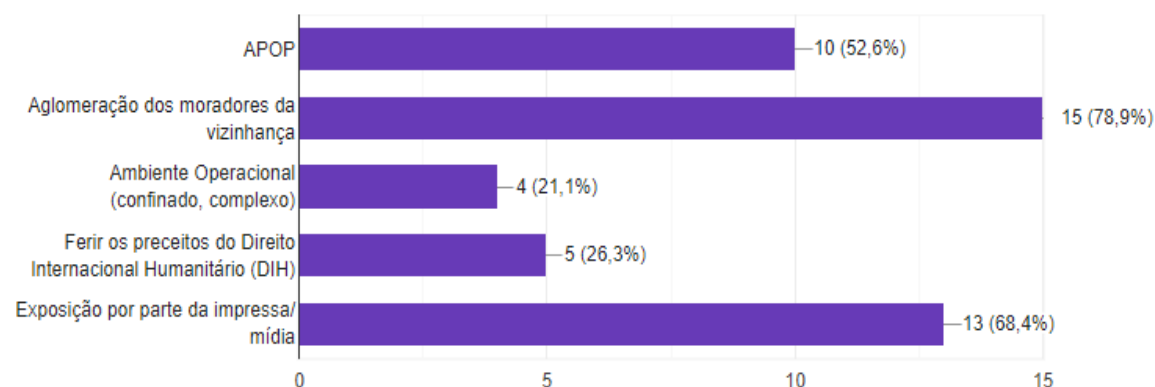


A sexta questão ia de encontro a uma questão crucial desse trabalho: os fatores e agentes externos que dificultavam as ações militares de abordagem, revista e/ou condução de presos. Nos questionamentos anteriores, o foco era eliminar quaisquer riscos internos (adestramento insuficiente, imputar responsabilidades em militares

inexperientes, ou até mesmo a inexperiência em operações desse vulto). E podemos inferir que não havia a possibilidade de ocorrer incorreções nas condutas militares. Assim, chegamos aos tais fatores que implicam nas ações das tropas durante seu emprego. E como resultado, destacaram-se três fatores: Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP) (52,6%), exposição por parte da imprensa (68,4%) e aglomeração dos moradores da vizinhança (78,9%). Concluímos que em dois casos, APOP e aglomeração dos moradores da vizinhança, a tropa deve estar atenta a possíveis ataques e intervenções desses agentes à condução das operações militares durante uma condução de presos, por exemplo. Adotar um dispositivo de expectativa talvez seja a melhor conduta a ser adotada pelo Cmt Fr e seus subordinados. A preocupação num ambiente amplo espectro leva-se em consideração também aos agentes externos que participam desse Teatro de Operações. Enquanto que a exposição por parte da mídia, por mais inevitável que seja, pode ser tratada simplesmente adotando atitudes corretas sob à égide de nossas leis e princípios.

Dentre os fatores que dificultaram a abordagem, revista e /ou condução de presos, quais, em seu ponto de vista, poderiam comprometer essas ações militares, caso houvesse algum procedimento incorreto?

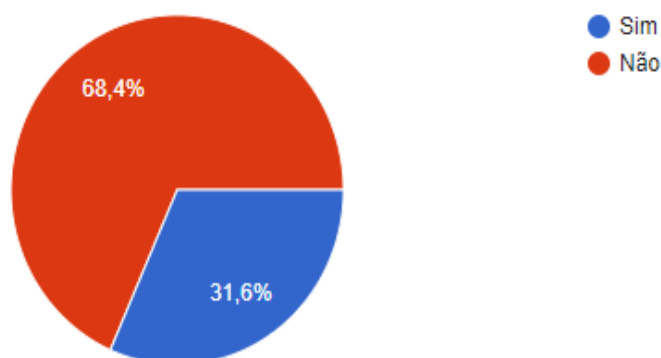
19 respostas



Por fim, os entrevistados foram questionados sobre se houve problema durante a abordagem, revista e/ou condução de preso. Surpreendentemente, em 68,4% dos casos, houve algum tipo de problema. Isso nos mostra que por mais medidas e cautelas que os militares adotam, os problemas, principalmente causados pelos fatores e agentes externos, surgem forçando os Cmt Fr a tomarem decisões legais para sanar os incidentes.

O Sr obteve algum problema em relação à abordagem, revista e condução de presos durante a Operação São Francisco?

19 respostas



Assim, concluímos o formulário apresentando como resultado que os Comandantes de Fração devem levar em consideração também, entre outras questões, os fatores e agentes externos que interferem sobremaneira na condução das ações militares num ambiente amplo espectro. Os combates urbanos estão ganhando vulto e com ele as adaptações das ações da tropa são essenciais para que excessos não sejam cometidos. As leis, os princípios humanitários, o acompanhamento instantâneo dos conflitos armados, o civil participando dos combates, o APOP camuflado na população são mais um desafio que estão no planejamento e pensamento dos comandantes.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados no formulário corroboraram com a presente pesquisa que procura abordar o emprego da PE na Operação de Garantia da Lei e da Ordem com enfoque na Operação São Francisco – no Complexo da Maré.

Podemos observar que ao confrontarmos a terceira questão com a última, vemos que 100% dos entrevistados realizaram ações de abordagem, revista e/ou condução de presos e que através da sétima pergunta, são nos trazidos números expressivos (68,3%), quando perguntado se houve algum tipo de problema durante a realização dessas ações por parte da tropa. Assim inferimos que ações desse tipo tendem a trazer riscos para o sucesso das operações militares quando há o envolvimento das Considerações Civis. Para que a missão obtenha êxito, não basta apenas a prisão do Agente Perturbador da

Ordem Pública (APOP), mas, também que a tropa não fique exposta às ações dos agentes externos e os demais APOP.

Todavia, os questionamentos quatro e cinco revelam-nos que todos os integrantes das tropas empregadas receberam as devidas instruções de abordagem, revista e condução de presos e que durante a realização dessas ações os Cmt GC são os responsáveis pela condução delas. Para o Cmt Pel, permanecer envolto à condução das atividades é um fator crucial para que ele consiga observar a situação como um todo analisando os fatores intervinentes e a própria conduta de sua fração. Podendo, assim, coibir ou corrigir os excessos e intervenções dos agentes externos. Esse fator nos revela, também, que os Cmt Fr almejam em situações complexas, como o trato com o suspeito, deixar os militares mais experientes, os sargentos, acompanhar e conduzir as ações.

No sexto questionamento em que é perguntado sobre quais fatores dificultadores das ações de abordagem, revista e condução de presos poderiam comprometer as ações militares, podemos observar que aqueles que mais se destacam são: a aglomeração da vizinhança bem como a exposição por parte da mídia. Conforme o Manual de Campanha Operações (EB70-MC-10.223, 2017, p. 2-21), “as Considerações Civis são traduzidas pela influência das agências, instituições e lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente e de infraestruturas sobre o espaço de batalha”. Assim, percebemos que o impacto dos agentes externos no espaço de batalha exige que a tropa empenhada seja cautelosa em suas ações, e que esteja de acordo com os amparos legais em vigor bem como respeitem os princípios do Direito Internacional Humanitário (DIH).

Adotar ou ter uma conduta implausível tende a colocar o militar ou seu superior diante de um tribunal militar para responder por seus atos. Por isso, os comandantes devem estar atentos a possíveis falhas internas de seu pessoal, orientá-los principalmente no trato com a população civil. Hoje, instantaneamente, os conflitos são expostos nas redes e o que ressalta aos olhos são as condutas e procedimentos errôneos. A mídia e os Órgãos Internacionais e Nacionais exploram os erros e esperam por respostas imediatas das consequências para aqueles que infringem os direitos e as leis. É indissociável a ética militar de suas ações. As necessidades militares, jamais, podem se sobrepuser aos princípios humanos, conforme exposto no Direito Internacional Humanitário (DIH).

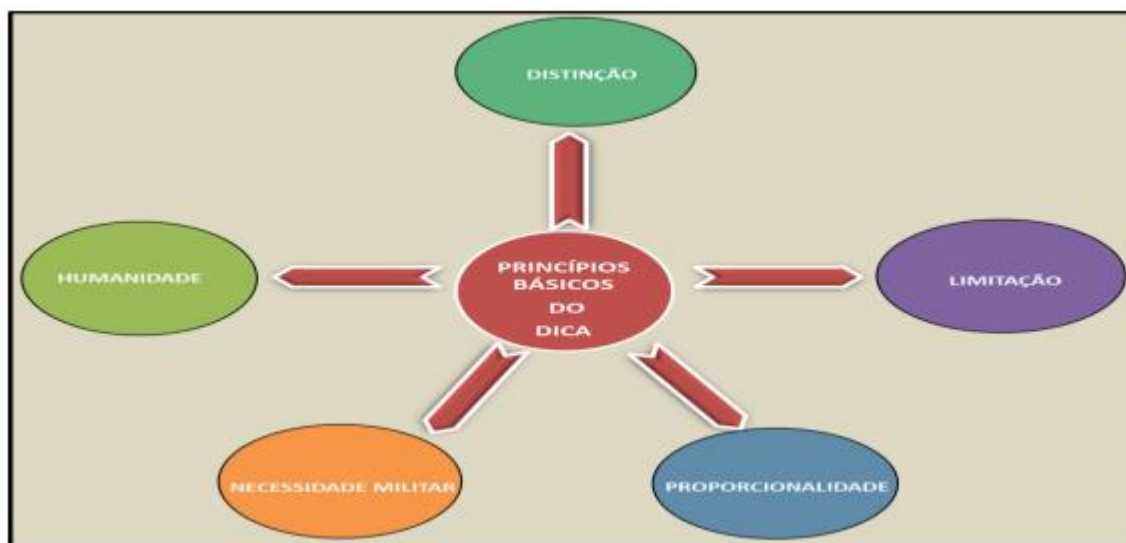


Figura 5 – Princípios Básicos do DICA

Assim, observamos que as tropas de Polícia do Exército, tipicamente polícia administrativa, tem grande responsabilidade em tratar com a população civil principalmente quando o assunto é de condução de presos. A forma como as ações são desencadeadas devem ser muito bem executadas, pois um simples descuido pode tornar o infrator em vítima e aquele comandante em réu. Tomamos como exemplo uma algema muito justa no braço do réu. O militar responsável por aquela tropa certamente responderá por tal atitude lesiva ao infrator.

Certamente, os conflitos de amplo espectro envolto no que denominamos de Mundo *VUCA* ganhou novos traços e com ela a necessidade de evolução das capacidades das tropas do Exército Brasileiro. É relevante que a doutrina militar em relação ao assunto de Abordagem, Revista e Condução de presos passe por um novo estudo a fim de abordar novos interventores (externos) durante esse procedimento. Num ambiente confinado, a tropa não apenas lida com o APOP, mas também com outros agentes que aparentemente parecem ser aliados ao crime organizado.

6. CONCLUSÃO

Assim, com base na pesquisa feita neste trabalho, após analisar o conteúdo da redação bibliográfica e com base nos dados coletados no formulário aplicado, pode-se chegar à conclusão a cerca do emprego da Polícia do Exército nas operações de Garantia da Lei e da Ordem nas operações do Rio de Janeiro entre os anos de 2009 e 2014.

A Polícia do Exército é uma tropa típica da arma de Infantaria do Exército Brasileiro, dentre as suas capacidades operativas destacam-se a **Proteção ao Pessoal**. O conceito de tal capacidade operativa nos traz que a tropa de PE deve: ser capaz de proteger o pessoal (militar e civil) contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais. Enquanto a **Proteção Física** nos diz que: Conforme a missão recebida e em áreas definidas, ser capaz de proteger o material, as instalações e o território de qualquer ameaça à sua integridade. Tais conceitos quando confrontados com um ambiente de amplo espectro em que a presença das ameaças aglomeradas com os agentes externos ao combate trazem implicações ao combate. No tocante à capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP), há a necessidade de atualizar a Doutrina Militar vigente, principalmente de instruções relativas à Abordagem, Revista e condução de presos.

As instruções militares de Abordagem, Revista e Condução de presos estão intimamente voltadas para os procedimentos dos militares que conduzem à ação para com o suspeito. Nos manuais podemos observar a forma do dispositivo, o cerco e o isolamento para que seja desencadeada a revista, por exemplo. Até esse momento, está tudo correto. Porém, há a necessidade de adotar um dispositivo de expectativa para ações externas nessas operações militares, pois a influência externa dos agentes do ambiente de amplo espectro podem comprometer a segurança, a eficiência e a eficácia daquela tropa atuante.

O mundo VUCA configura-se como uma onda advinda da geração atual que modificou o ambiente, não apenas o social como o operacional também. As ações militares são monitoradas e a transmitidas instantaneamente de forma que se algum procedimento não seja cometido conforme a legalidade, pode comprometer as operação. Conforme o formulário apresentado, nas ações de Abordagem, revista e condução de presos, nós podemos observar que dentre os fatores que dificultam tais ações de forma a comprometer as operações militares, destacam-se a aglomeração dos moradores seguida

de exposição por parte da mídia. Podemos observar a influência da transformação do ambiente nas operações militares.

Todavia, notamos através do formulário que as Dimensões Humana e Informacional impactam no comportamento da tropa ao desencadear uma ação. E com isso, os Cmt Fr enxergaram a necessidade de empregar os militares mais experientes, como os Cmt GC e Cmt Esqd, para conduzirem as atividades que requerem maior exposição.

E quando foi verificada a ocorrência dos óbices durante as ações de abordagem, revista e condução de presos, podemos inferir que em quase um terço houve interferência nas ações militares. Assim não podemos desprezar que o sucesso das operações militares, em relação à abordagem, revista e condução de presos está intimamente ligado aos fatores externos. Os agentes externos influenciam e estão impactando diretamente o ambiente operativo.

Assim, o emprego das tropas de Polícia do Exército trouxe inúmeros resultados positivos à sociedade brasileira em relação à estabilidade da segurança pública no Rio de Janeiro. As Operações Arcanjo e São Francisco foram laboratórios para as tropas federais no novo ambiente que se configura no mundo. Os combates convencionais jamais perderão sua significância, porém os combates em ambientes urbanos tendem a se consolidarem no cenário dos ambientes de amplo espectro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Mario L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre**, Brasília, DF, ed. 1. p. 17, jan-mar 2013.

BRASIL. Exército. **C 7-20: MANUAL DE CAMPANHA BATALHÕES DE INAFANTARIA**. 4.ed, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Exército. **EB20-MC-10.201: OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Exército. **EB20-MC-10.242: OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Exército. **EB20-MF-10.102: MANUAL DE FUNDAMENTOS DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE**. 2. ed. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Exército. **EB20-MC-10.223: OPERAÇÕES**. 3. Ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Exército. **EB70-MF-10.239: POLÍCIA DO EXÉRCITO**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 JUN 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas [a]. Disponível em: acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 DEZ 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares**. [a]. Disponível em: acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 DEZ 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. [a]. Disponível em: Acesso em: 16 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-02: ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS DAS FORÇAS ARMADAS**. 3.ed Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-12: OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS**. 2. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem**. MD33-M-10. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. C 85-1. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** [a]. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 DEZ 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. [a]. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.897, de 24 AGO 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências [a]. Disponível

em: . Acesso em: 16 jun. 2022.

____. **Constituição Federal de 1988**. Congresso Nacional, Brasília, DF, 1988.

Dados sobre crimes por área de segurança pública. INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Rio de Janeiro, janeiro de 2010. Disponível em: < <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>>. Acesso em 26 de fev. de 2022.

____. **Lei Complementar nº 97**, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF, 1999.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **“Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual**. Ago de 2010.

OLIVEIRA, Gilmar L. **Origem da Polícia do Exército no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2020.